

Elmo repete ataques a Roriz e sai da TV

O Tribunal Regional Eleitoral decidiu ontem à noite, suspender dois programas do Movimento Liberal Progressista, devido aos "insistentes" ataques que aquela coligação vem fazendo aos adversários Joaquim Roriz, candidato ao governo pela Frente Comunidade e Alemão Canhedo, candidato a deputado federal pelo Partido da Ação Social (PAS). Os juizes do TRE decidiram pela punição depois de conceder quatro direitos de resposta a Canhedo, todos contra o MLP.

A medida disciplinar do TRE foi pedida pelo juiz José Jerônimo, que condenou o "exagero nas críticas" no programa de Elmo Serejo, pedindo a suspensão de dois programas como "punição pedagógica". Anteriormente o tribunal já havia aplicado a mesma punição ao Partido dos Trabalhadores. Como a decisão do TRE saiu minutos antes do começo do horário eleitoral gratuito, a presidência enviou um telex às emissoras de TV, informando a punição.

A decisão do TRE provocou uma resposta imediata do MLP.

O coordenador de divulgação da coligação, José Carlos Romancini, acusou o tribunal de arbitrário e tendencioso, e de se colocar ao lado de um candidato que está caindo nas pesquisas: "O TRE está tirando do ar os programas porque nós colocamos no ar as mentiras de Joaquim Roriz, que podemos provar com documentos." Segundo Romancini, o TRE não conseguiu contestar as denúncias de crime eleitoral cometidas por Roriz, resolvendo então "censurar" o programa.

O candidato a deputado federal pelo PMDB (partido que integra o MLP) Geraldo Seabra, e um dos que criticaram Alemão Canhedo durante o guia eleitoral, foi mais enfático: "A decisão do TRE é uma reedição do AI-5, retirando da coligação o direito à crítica, que é essencial a uma democracia".

Além da suspensão de dois programas, o tribunal decidiu também conceder direito de resposta a Alemão Canhedo, que deve ir ao ar hoje à noite, já que a punição do TRE tirou da tevê os programas de ontem à noite e

hoje pela manhã. Outro direito de resposta conseguido contra o MLP foi em favor da MSC Estudos de Mercado e Opinião Pública, empresa responsável pela divulgação de pesquisas de intenção de voto. A acusação é de que no último dia 20, o programa do Movimento Liberal estampou no vídeo a logomarca daquela empresa, ao mesmo tempo em que a acusava: "Pesquisa nesse País já foi coisa séria... Depois surgiram empresinhas que trabalham para candidatos, jornais, etc.", relatou o programa.

Para evitar que no último dia de propaganda eleitoral, no próximo domingo, dia 30, sejam feitos ataques injuriosos, o TRE resolveu seguir o exemplo do Tribunal Regional de São Paulo, marcando para segunda-feira, dia 1º de outubro, uma sessão extraordinária. A intenção do tribunal, segundo declarou o juiz-presidente, José Manoel Coelho, é dar direito aos candidatos que porventura forem ofendidos no último programa eleitoral, de responderem às críticas.